

ENEM: ESTRATÉGIA DE GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL

SIMONE GONÇALVES DA SILVA¹; ÁLVARO MOREIRA HYPOLITO²

¹Universidade Federal de Pelotas – silva.simonegon@gmail.com

²Univerisdade Federal de Pelotas – alvaro.hypolito@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho sintetiza o Projeto de Tese que aborda o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), tomado como uma das modalidades de avaliação nacional brasileira, no âmbito da reestruturação curricular no Ensino Médio e do processo seletivo de ingresso à Educação Superior. Objetiva-se, no estudo, analisar o ENEM, como estratégia de governamentalidade neoliberal, que produz efeitos no currículo do Ensino Médio e passam a instituir novos sentidos e significados sobre os processos de ensinar, aprender e conhecer na contemporaneidade.

A pesquisa de inspiração pós-crítica estabelece conexões com os Estudos Culturais e com as formulações desenvolvidas por Michel Foucault (2008a, 2008b), utilizando-se das noções de discurso e de governamentalidade. Estes conceitos permitem compreender que o ENEM emerge como um regulador das práticas curriculares e pedagógicas, uma vez que se constitui em um discurso a disputar verdades sobre os conhecimentos válidos para o Ensino Médio, sobre as metodologias pedagógicas, sobre as formas de aprender e ensinar nessa etapa de ensino. Tais verdades estão implicadas ainda com os modos de regulação que organizam a vida em sociedade e a fabricação do ser e do estar no mundo dos sujeitos na contemporaneidade.

2. METODOLOGIA

Os percursos metodológicos da pesquisa está estruturada em dois movimentos investigativos. O primeiro refere-se à problematização dos discursos de mídias que instituem o ENEM como uma avaliação necessária tanto para qualificar o Ensino Médio, quanto para a inserção dos sujeitos na Educação Superior. O corpus discursivo selecionado envolve os vídeos veiculados pela TV aberta a partir do ano de 2009 sobre as mudanças no ENEM e o Projeto “Hora do ENEM”, lançado em abril de 2016, totalizando no momento 15 vídeos. Esse primeiro movimento analítico tem como objetivo identificar as formas através das quais o expediente midiático procura cooptar e convencer a participação dos indivíduos quanto a necessidade de adesão ao exame. O segundo movimento de investigação, considera os efeitos de tais discursos junto aos discentes do Ensino Médio. Para tal, utiliza-se da entrevista coletiva como coleta de dados, realizada em duas instituições públicas de ensino no município de Rio Grande, Rio Grande do Sul/Brasil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo parte do entendimento de neoliberalismo relacionado com a noção de governamentalidade, uma grade analítica elaborada por Michel Foucault como racionalidade política, econômica e social que desenvolve ações e estratégias de poder para o governo dos indivíduos e da população. Em síntese,

Foucault (2008a) entende a governamentalidade como uma ferramenta conceitual, como uma compreensão das formas de governar, com três âmbitos: a) o exercício de poder sobre a população que para se consolidar necessita de um conjunto de instituições, técnicas, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e estratégias para conduzir a conduta da população, fazendo uso como “(...) principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (p.143); b) a tendência emergente que acompanhou a história do Ocidente nas maneiras de governo dos outros, com base na soberania e na disciplina, propiciando “por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo, e, por outro lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes” (p.144); c) a construção do estado moderno, o estado emergente no século XVIII, constituído a partir do processo de passagem do estado de justiça da idade média, baseado no modelo de poder pastoral-cristão e da Razão de Estado, apoiado em dois dispositivos de poder: a técnica diplomático-militar e a polícia, a fim de assegurar o fortalecimento do estado.

No século XVIII, a prática do liberalismo emerge como uma racionalidade do exercício no governo da conduta dos sujeitos, uma arte de governar para resolver os problemas entre economia e política a fim de fortalecer o Estado Moderno Capitalista. O Estado emerge como um sistema liberal que procura garantir o direito e a liberdade individual, no contexto do capitalismo que funciona pelo mercado como instrumento de troca livre de mercadorias. A razão governamental liberal investe na liberdade como meio para tornar o sujeito produtivo, com ênfase na livre produção, como essência do mercado na livre troca de mercadorias. O Homo Oeconomicus constitui-se como elemento dessa razão governamental liberal. Foucault (2008b) resume o conceito como: “Homo Oeconomicus é aquele que é eminentemente governável” (p.369), o parceiro de troca no Estado Liberal.

Essa arte liberal de governar vem sendo ressignificada a partir de meados do século XX por um modo neoliberal de governar. O autor detalha que no Estado Neoliberal o Homo Oeconomicus aparece como “empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda” (FOUCAULT, 2008b, p.311). Esse novo ser econômico investidor, interessado, responsável, motivado, disposto, empreendedor e auto-governável configura-se em torno de novas subjetividades da governamentalidade neoliberal.

É nesse contexto que a teoria do capital humano possibilita uma vantagem competitiva no cenário neoliberal. Segundo Foucault (2008b), na criação do novo e na inovação que mantém em funcionamento esse capitalismo “se encontram novas formas de produtividade, se fazem invenções de tipo tecnológico, tudo isso nada mais é que a renda de um certo capital, o capital humano, isto é, o conjunto dos investimentos que foram feitos no nível do próprio homem” (FOUCAULT, 2008b, p. 318).

A sociedade neoliberal se organiza em torno de um conjunto de investimentos do capital humano, com base no projeto de aprendizagem para a vida toda. A aprendizagem por toda a vida se constitui na formação para a vida e não somente para o trabalho. O cidadão da sociedade da aprendizagem é um sujeito responsável capaz de se auto-administrar, auto-organizar, auto-investir mediante as mudanças constantes no mundo provenientes dos avanços científicos.

Como colocam Popkewitz, Olsson e Petersson (2009), a razão governamental neoliberal assume a responsabilidade de aprendizagem por toda a

vida com o objetivo de destituir as fronteiras existentes nas áreas políticas de governo e constituir uma educação democrática e solidária. Os autores também apontam que na “razão pedagógica espera-se o alargamento e o reforço da solidariedade na sociedade. A governamentalidade ordena e controla o futuro no presente, ao qualificar e preparar o cidadão individual, dispondo-o para novos compromissos cosmopolitas” (2009; p.82).

A educação passa a ser desafiada. Mesmo apesar de uma dita crise da educação escolarizada, esta ainda é considerada central na sociedade: “educação é, assim e mais uma vez, um projeto para a mobilização nacional” (POPKEWITZ; OLSSON; PETERSSON, 2009; p.82). A educação vem sendo constituída por significados e sentidos em cada tempo histórico, muitas vezes com objetivos diferenciados, presentes no processo de sobrevivência do Estado governamentalizado, constituído desde o século XVIII. Em todos os tempos, a educação procura fomentar uma “substância ética do indivíduo em todas as atividades sociais” (POPKEWITZ; OLSSON; PETERSSON, 2009; p.82).

A educação constitui-se por esferas encarregadas de transmitir as verdades produzidas pela arte neoliberal de governar. O investimento em educação constitui-se em uma forma de gestão viável do Homo Oeconomicus que serve para o sujeito aprender a ser empresário de si mesmo. O investimento em capital humano torna-se o marketing das políticas que supostamente oportunizam a igualdade de oportunidades a todas as classes e a todos.

Argumenta-se, neste processo investigativo, que o ENEM ao instituir-se como um caminho de oportunidades interpela os sujeitos produzindo/inventando o cidadão empresário de si mesmo. Assim, a competência do sujeito, subjetivado pelo ENEM, está em apanhar no ar as novas e as desconhecidas oportunidades que se descortinam para um/a estudante que pretende realizar o exame. O exame parece estar estimulando o ser universitário que aprende para o fim de ser universitário. Ingressar em uma universidade hoje também configura estar dentro do jogo da vida ensaiada na governamentalidade neoliberal. A universidade é mais um espaço a ser ofertado como mercadoria, desejado e consumido pela população. Incide no desejo de estar em outro espaço para se socializar de outras formas, ter acesso a uma série de outras possibilidades que não se encerram no processo de qualificação para o trabalho.

Os processos educacionais estão reduzidos a uma cultura da performatividade, já que “as convicções e os valores já não são importantes, é o resultado que conta” (BALL, 2005, p.21). Importa o desempenho e o rendimento escolar, com o propósito de disputar melhores posições no contexto de globalização e da inovação tecnológica, permitindo a competição entre os estudantes, os professores, as escolas e, em esfera internacional, entre os países. A performance aparece como uma construção discursiva inevitável e necessária no desenvolvimento de competências, como: a autonomia, a autorresponsabilização e o autoempreendedorismo. Ao ter como foco melhores resultados, os efeitos do ENEM atentam para uma performatividade desejada, a constituição de um modo de ser.

A performatividade como constituição deste modo de ser, de uma forma geral, influencia a vida das pessoas. O que vem a ser incisivamente estimulado pelo ENEM, na medida em que o exame passa a reforçar a perspectiva da responsabilização individualizada, é que os estudantes devem se sentir responsáveis pelo sucesso ou fracasso na avaliação, com base nos resultados que lhes permitem competir. Nesse cenário “a performatividade é a forma de excelência de governamentalidade neoliberal” (BALL, 2014, p.66).

As análises empreendidas denotam que o ENEM tem-se constituído como uma estratégia de governamentalidade. Afirma-se isso desde a perspectiva de que o referido exame disputa o controle da conduta dos sujeitos sugerindo a ideia de um cidadão aprendente por toda a vida. Nesse processo de governo há uma interpelação aos estudantes e uma inscrição a modos de viver, de ser e de agir, como sujeitos livres escolhedores, flexíveis, empreendedores, autorresponsáveis, autoadministrados, concorrentes e competitivos.

4. CONCLUSÕES

Para finalizar, destaca-se que o ENEM, está engendrado em práticas governamentais neoliberais que atuam no jogo complexo de condução das condutas em direção à produção dos modos de subjetivação de indivíduos-microempresas-empreendedores e aprendente por toda vida. Esses discursos seduzem os sujeitos e parece transformar os sentidos educacionais na direção de uma educação para o investimento em capital humano – homem econômico empresário de si mesmo.

O discurso do Enem de maneira eficaz opera inicialmente seduzindo os sujeitos para que façam parte das oportunidades oferecidas e se sintam integrantes desse processo de democratização da educação. Sustenta-se na ideia da responsabilização de si e endividamento do sujeito pela busca do sucesso, demandando novas relações com os conhecimentos escolares com ênfase na aprendizagem e no autodisciplinamento.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, Stephen J. Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População. (Col. Tópicos). São Paulo, Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. O Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

POPKEWITZ, Thomas; OLSSON, Ulf; PETERSSON, Kenneth. Sociedade de aprendizagem, cosmopolitismo, saúde pública e prevenção à criminalidade. Educação e Realidade, Porto Alegre, n. 34, v. 2, maio/agosto, 2009, p. 73-96.